

Salazar – a história de um museu que o Governo não comenta

Nasceu nos anos 90 com um autarca socialista, enfrentou contestação com o social-democrata que lhe sucedeu. Agora que a câmara é novamente PS, a ideia foi retomada, mas não sem nova vaga de protestos

Estado Novo
Camilo Soldado

De cada vez que a ideia é retomada, a única certeza é a contestação. De resto, muda o autarca, o nome e a configuração do projecto, mas qualquer tentativa de musealização ligada a António Oliveira Salazar em Santa Comba Dão é recebida com protestos, petições e tomadas de posição.

O caso mais recente é o do Centro Interpretativo do Estado Novo (CEIN) que o presidente do município, o socialista Leonel Gouveia, quer instalar na Escola-Cantina Salazar, no Vimieiro, a terra natal da figura principal dos anos de ditadura do Estado Novo. Ao anúncio do autarca, noticiado pelo *Expresso*, de que as obras no edifício de 1940 arrancariam ainda em Agosto, mais de 200 antigos presos políticos responderam com um abaixo-assinado. Seguiu-se uma petição contra o museu, dirigida ao primeiro-ministro, que numa semana ultrapassou 16 mil assinaturas.

As reacções não são inéditas e têm semelhanças com as de 2007, ano em que o então presidente da câmara, João Lourenço, do PSD, recuperava a ideia (já então antiga), dando-lhe o nome de Centro Documental Museu e Parque Temático do Estado Novo. A União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) lançou igualmente uma petição, que atingiu 16 mil assinaturas (entre as quais as de Jerónimo de Sousa, Carvalho da Silva, Vasco Lourenço e Mário Tomé) para levar a discussão ao Parlamento.

Na altura ministra da Cultura de um governo PS, Isabel Pires de Lima chegou a receber João Lourenço em audiência, mas recusou dar respaldo ao museu. Agora, contactados pelo PÚBLICO, nem o primeiro-ministro, António Costa, nem a ministra da Cultura, Graça Fonseca, quiseram pronunciar-se sobre a possibilidade da criação do centro interpretativo do Estado Novo. Na quarta-feira, António Costa disse apenas aos jornalistas não dispor da “informação toda para poder ter opinião” sobre o assunto.

Apesar do mediatismo, já em 2007 o projecto não era uma novidade. A história começou ainda antes, nos anos 1990, com outro autarca do PS. O presidente de Santa Comba, Orlando Mendes, com quem não foi possível chegar à fala para este artigo, apesar de sucessivas tentativas ao longo de uma semana, lançou uma ideia que não chegou a concretizar-se, mas que também nunca foi definitivamente abandonada. “Não se trata de valorizar o período mais negro da história”, explicava ao PÚBLICO, em 1999, mas de “lembrar, se possível na terra onde nasceu o ditador, o que foi o Estado Novo”. Na altura, chegou a entrar em contacto com o professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Luís Reis Torgal, mas a conversa não prosseguiu, explica o também historiador ao PÚBLICO: “Ele quis saber a minha opinião e veio à faculdade falar comigo. Depois não teve muito seguimento.”

Em 2005, a câmara mudou de mãos e foi ganha por João Lourenço, do PSD. A ideia foi retomada e enfrentou a maior vaga de contestação até então. Hoje, o ex-autarca continua a achar que “a ideia é interessante”, apesar de referir ao PÚBLICO não conhecer o projecto actual da autarquia. “Se isso acontece noutros países, e às vezes com ditadores mais sanguinários, acho que Santa Comba pode ter qualquer coisa” que movimenta o turismo na região, ligada a uma figura que “para o bem e para o mal, ficou na história”, defende.

João Lourenço deixou a presidência

Ex-autarca do PSD chegou a propor vinhos e enchidos com a marca Salazar, mas saiu da câmara sem que o projecto para o museu saísse do papel

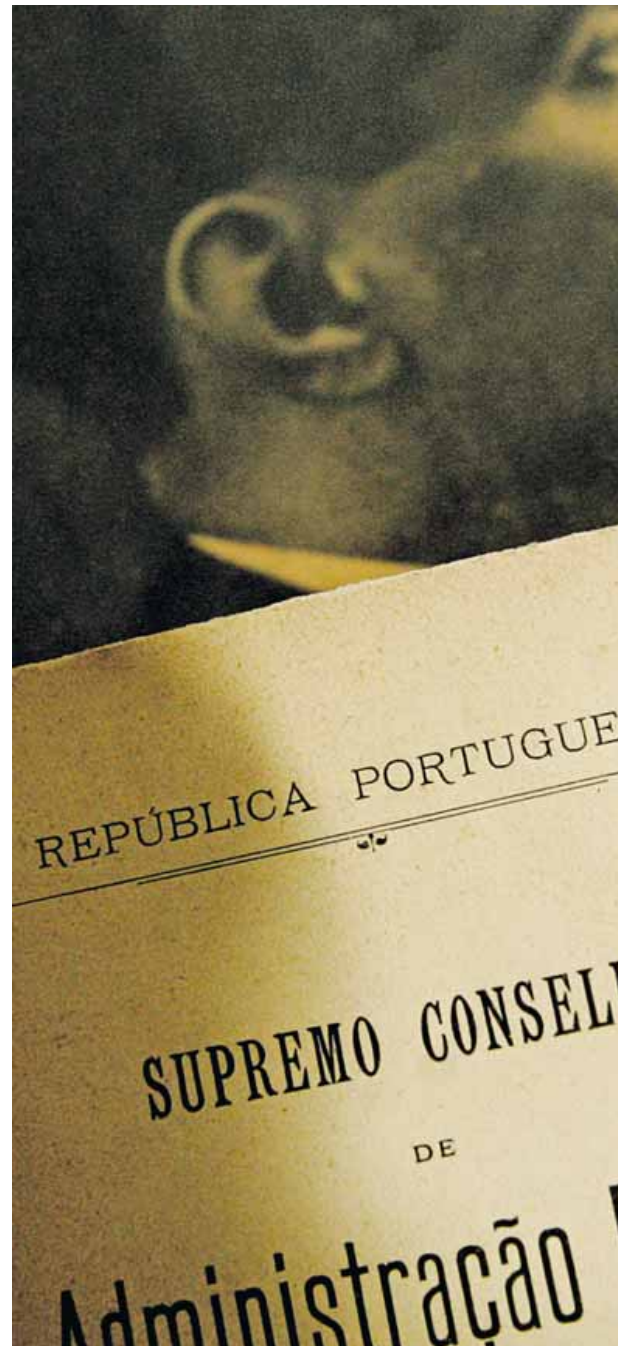
em 2013, sem que o projecto tivesse saído do papel. E porque não chegou a avançar? “Essencialmente, por questões financeiras. Não havia capital para concretizar”, explica o antigo responsável, que chegou a propor o lançamento de vinhos e enchidos com a marca Salazar.

Essa proposta foi um dos motivos para o afastamento de Reis Torgal. A questão da marca comprometia a “objectividade e independência” de um espaço que viesse a ser criado, refere. “Entrou num processo que não era o nosso. A partir desse momento, pus-me completamente de fora”, explica. E acrescenta: “Aí já foi por razões ideológicas.”

O regresso de um projecto semelhante deixa a coordenadora da URAP, Marília Villaverde Cabral, “muito preocupada”. A responsável lembra que, em 2007, quando a união organizou uma sessão em Santa Comba contra o museu, houve “uma mobilização de neonazis” como reacção. “Isto já dá uma ideia do que representaria uma coisa destas”, adverte. “Aquilo, naquele sítio, no local onde nasceu o ditador fascista, só iria fazer crescer um pólo saudosista”, considera. “É perigoso e vamos continuar a bater-nos contra isso.”

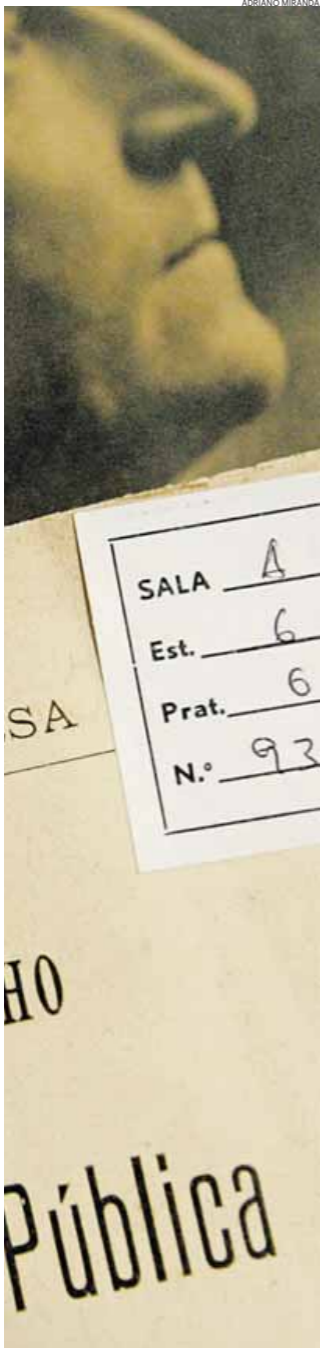
Projecto actual

Ninguém da Câmara de Santa Comba se mostrou disponível para responder às questões do PÚBLICO. No entanto, em 2016, à agência Lusa, o presidente da autarquia dizia que a criação de um centro interpretativo do Estado Novo era “fundamental” para promover o desenvolvimento turístico do concelho. Dava também conta de uma candidatura da autarquia, em conjunto com uma associação de desenvolvimento local, a Adices, a fundos comunitários. A candidatura não incluía apenas o projecto do Vimieiro, centrado em Salazar; também havia planos para outros concelhos e outros filhos da terra: Carregal do Sal, onde nasceu Aristides de Sousa Mendes; Tondela, com a família Lacerda e os sanatórios do Caramulo; e ainda Mortágua, terra de Tomás e Branquinho



**Há quatro
petições
activas a
propósito do
museu Salazar
que contam
com mais de
25.500
assinaturas**

ADRIANO MIRANDA



da Fonseca. Por isso, Leonel Gouveia referia que o projecto seria “abran-gente” e “com a temática comum do Estado Novo”, criando a Rota das Figuras do Estado Novo.

O projecto conta com a consultoria do Centro de Estudos Interdisciplina-res do Século XX (CEIS 20) da Univer-sidade de Coimbra, sob a coordena-ção do investigador João Paulo Avelãs Nunes. Contactado pelo PÚBLICO, o historiador explicou que, por estar de férias e fora do país, não poderia res-ponder às questões, mostrando-se disponível para o fazer noutra oca-sião, depois de consultada a Adices. Contactada pelo PÚBLICO, fonte da Adices refere que o coordenador da associação, João Carlos Figueiredo, não presta, para já, declarações.

Além de Carvalho da Silva, Maria Teresa Horta, Margarida Tengarrinha, José Barata Moura ou Pedro Adão e Silva, António Avelãs Nunes, catedrá-tico jubilado da Faculdade de Direito da UC, secretário de Estado no gover-no saído da revolução de Abril e pai de João Paulo Avelãs Nunes, é um dos subscritores iniciais da petição já refe-rida. Também o historiador Miguel Cardina integra a lista que assina o texto que pede a António Costa que impeça a concretização do museu.

Para Cardina, investigador do Cen-tro de Estudos Sociais, o problema é a “exploração comercial” da figura de Salazar, que é “muito evidente na intenção política” do presidente de Santa Comba, quando este diz querer “alavancar o turismo local”. E pros-segue: “O que está em causa não é a própria ideia de construir um centro interpretativo”, até por não haver “espólio relevante” para tal. Mas, “quando pensamos em centros inter-pretativos”, há que ter em conta o contexto, refere. E porque não se deve instalar algo semelhante no Vimieiro? “Temos Escola-Cantina Salazar, a Rua Dr. António Salazar junto às suas propriedades, com a campa rasa para atestar a imagem de sofredor e abnegado que se lhe atribui.” E o espaço “até pode ter dimen-sões críticas, mas a experiência do visitante vai ser integrada”. “[Quem visita] vai ter uma experiência no ter-ritório sobre quem foi Salazar, direc-ionada para explorar os aspectos emocionais e subjectivos da figura. E isso vai consistir, objectivamente, num branqueamento.”

camilo.soldado@publico.pt